



**SINDIFISCO**  
NACIONAL

**PANORAMA GERAL**  
**JURÍDICO**

# SITUAÇÃO GERAL

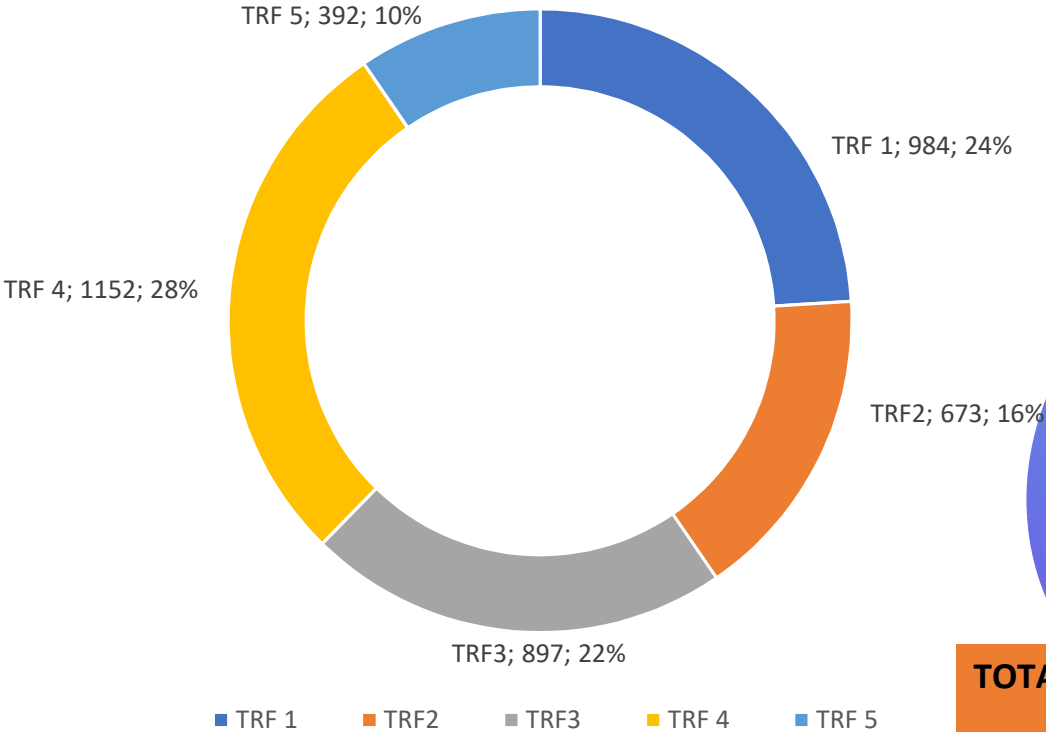
# GAT

## Gratificação de Atividade Tributária

PERÍODO	NÚMERO DA AÇÃO ORDINÁRIA	DATA TRÂNSITO EM JULGADO	BENEFICIÁRIOS	PRESCRIÇÃO
Agosto/2004 a Junho/2008	2007.34.00000424-01 7ª VFDF	21/02/2018	Egressos da SRF e SRP Aposentados, Ativos e Pensionistas	21/02/2023

# Quantitativo de Cumprimentos de Sentença em Trâmite por TRF

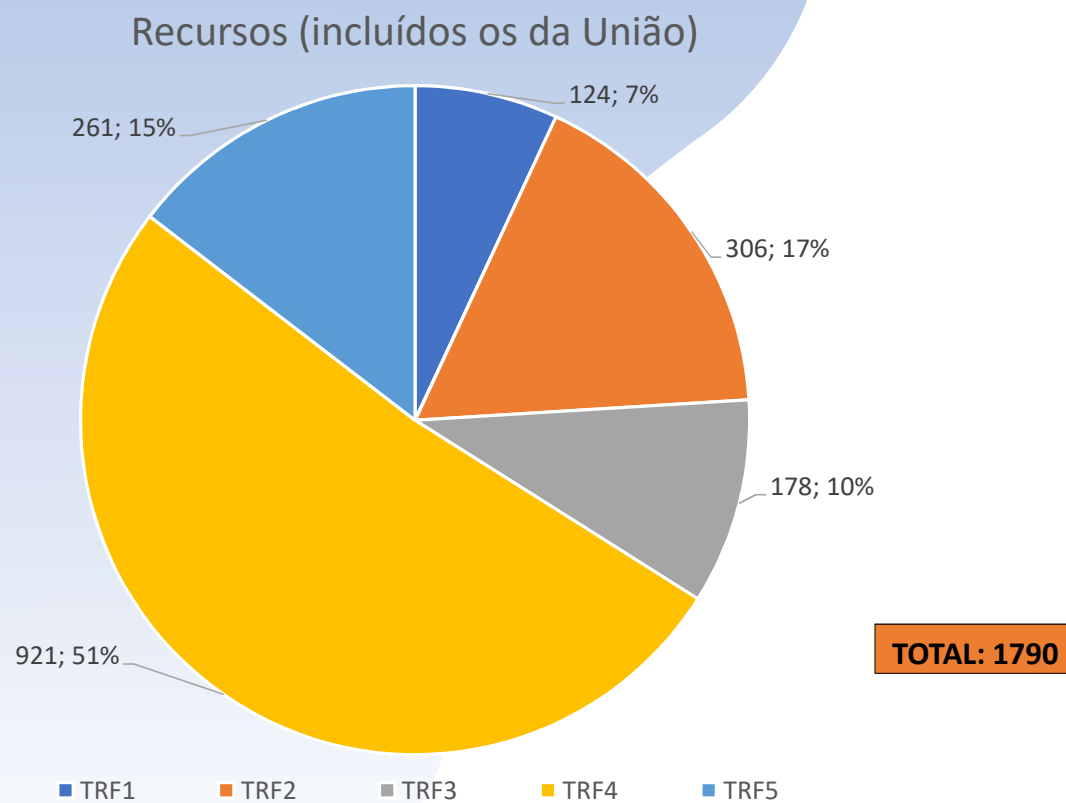
TRIBUNAL	TRF 1	TRF2	TRF3	TRF 4	TRF 5
Proc. em Trâmite	984	673	897	1152	392
Filiados	3705	2704	3105	2384	1492



**TOTAL: 4098**

## Quantitativo de Recursos em Trâmite junto aos TRFs – Quantidade por Tribunal

TRIBUNAL	TRF 1	TRF2	TRF3	TRF 4	TRF 5
Quant. em Trâmite	124	306	178	921	261

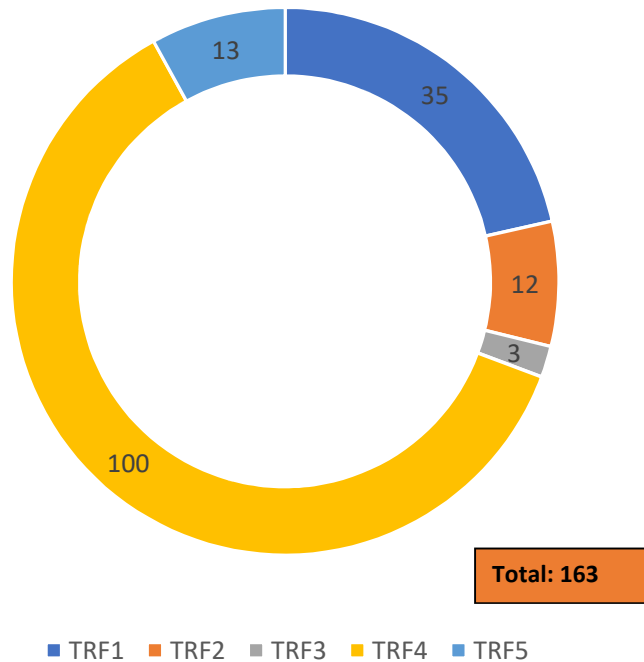


# Sobrestamento / Afastamento

Quantitativo de Processos Sobrestados pelo RE 870947

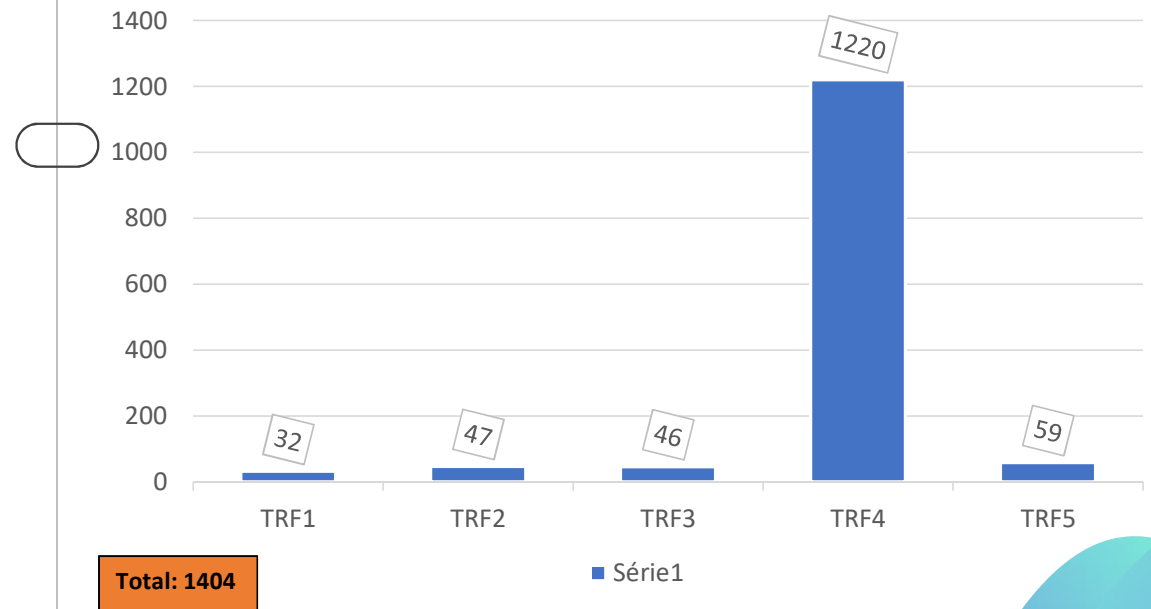
Tema 810 (IPCA-e)

Sobrestados Tema 810



Quantitativo de Processos Suspensos pela Rescisória 6.436/DF

Suspensos pela Rescisória 6436/DF

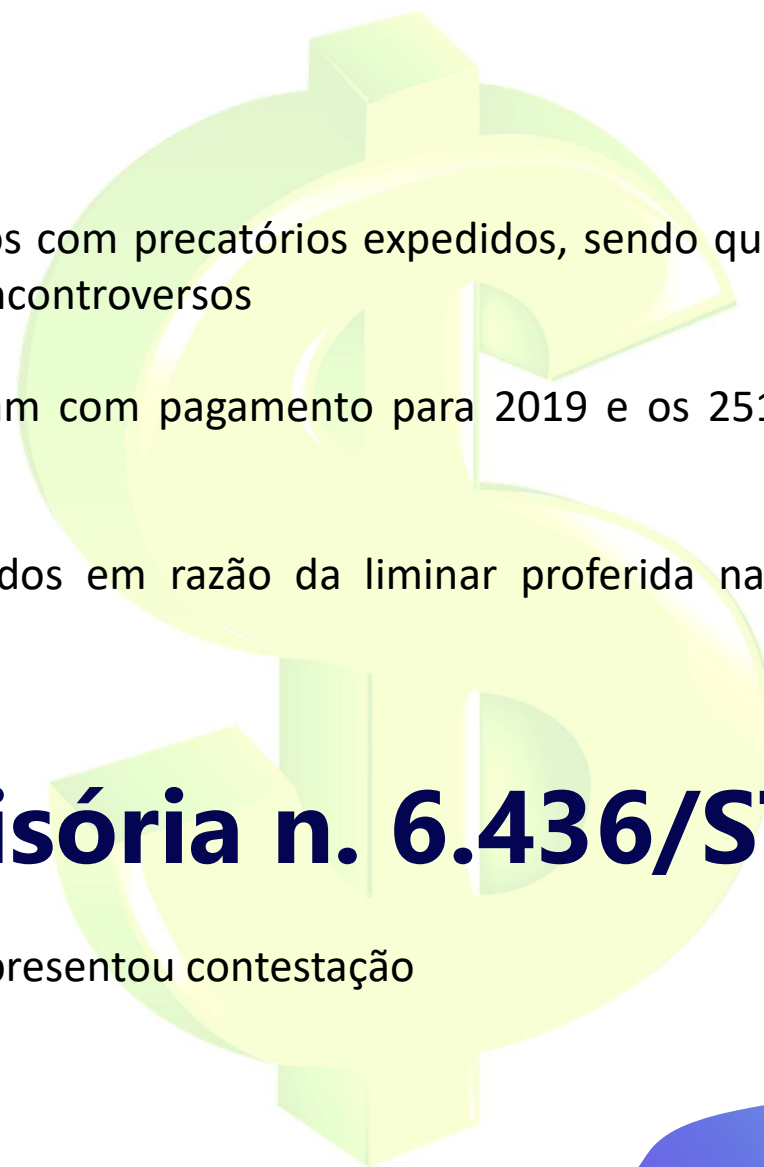


# Precatórios

- Atualmente temos 256 filiados com precatórios expedidos, sendo que 99% desses créditos são de valores incontroversos
- Desse total 05 filiados estavam com pagamento para 2019 e os 251 para pagamento em 2020
- Grande parte estão bloqueados em razão da liminar proferida na Ação Rescisória

## Ação Rescisória n. 6.436/STJ

- Dr. Nabor Bulhões já apresentou contestação



# SITUAÇÃO GERAL

- O escritório Martorelli foi contratado para acompanhar o processo da GAT da extinta FENAFISP, em substituição ao escritório Alino e Roberto Advogados. Perdemos o processo em 1ª e 2ª instância por ilegitimidade ativa da Federação
- O escritório Martorelli também patrocina a ação da GAT do extinto Sindifisp-SP. A ação era conduzida pelo advogado Darlan Barroso e foi substabelecida ao escritório Martorelli. O processo foi julgado procedente em 1ª instância, mas o TRF3 reverteu o julgamento, também sob fundamento de ilegitimidade ativa da Federação
- Ambos em fase de recurso especial

**GAT**  
**(extinta FENAFISP e**  
**Sindifisp/SP)**

# SITUAÇÃO GERAL

- Trânsito em julgado: dezembro/2015
- Dos 797 filiados em execução, 518 se aposentaram após março/2007
- A maioria das execuções têm impugnação à execução, porém nenhuma foi julgada;
- Até o momento tivemos 389 filiados com valores incontroversos reconhecidos pela União.

# LPA

## Licença Prêmio por Assiduidade



## Quantitativo de Cumprimentos de Sentença Filiados Beneficiários:

TRIBUNAL	TRF 1-16ª VF
Quantidade de ações em trâmite	19
Número de filiados beneficiários	797

### Informações adicionais:

- O entendimento da juíza titular da Vara Federal em que tramita a execução, de que “somente aqueles que estavam na condição de aposentados/pensionista quando do ajuizamento da ação têm direito” somente foi adotado em alguns processos. As chances de reversão são boas. Até mesmo o juiz substituto adota nosso mesmo entendimento
- Destaca-se, ainda que as sentenças extintivas com esse entendimento não são definitivas, e serão objeto de recurso no TRF1. A jurisprudência é pacífica de que o título coletivo sindical tem aplicação a toda a categoria, avaliada a situação na data do cumprimento de sentença.

# SITUAÇÃO GERAL

# GIFA

## Gratificação de Incremento a Fiscalização e Arrecadação

PERÍODO	NÚMERO DA AÇÃO ORDINÁRIA	DATA TRÂNSITO EM JULGADO	BENEFICIÁRIOS	PRESCRIÇÃO
Agosto/2004 a Agosto/2008	2006.34.00000510-0 3a VFDF	04/04/2017	Egressos da SRF Aposentados e Pensionistas com paridade	04/04/2022

- As execuções para os filiados constantes em rol receberam proposta de acordo apresentada pela União
- Os processos estão sobrestados aguardando julgamento do RE 870.947-RG (pautado pelo STF para 03/10/2019) para definição do índice de correção monetária e também pela digitalização dos processos físicos

# GIFA

Obs: Os egressos da SRP executam com a ANFIP

# SITUAÇÃO GERAL

# 3,17%

## Ex-Secretaria da Receita Federal

MS 3901

- **Período:** Março 1995 a Junho 1999
  - **Beneficiários:** 8575
- o Relator anterior, Ministro Rogério Schietti, extinguiu as execuções ao entendimento da 'duplicidade da coisa julgada'. O escritório patrono já opôs embargos de declaração, que será julgado pelo novo Relator Nefi Cordeiro. Os embargos se sustentam no próprio entendimento do STJ no MS 6209 (a partir de abril/2001) de que não haveria litispendência ou compensação de valores. O MS 3901 busca o pagamento de parcelas retroativas do período de 95 a 99.

## Ex-Secretaria da Receita Previdenciária

MS 4151

- **Beneficiários:** 6.000
- Execução iniciada em 2001. O processo foi desmembrado em 222 execuções com 25 exequentes em cada. As execuções estão sendo encaminhadas para a Coordenadoria de Execução. Foi feita reunião com o juiz assessor do Ministro Nefi Cordeiro. Há o compromisso do gabinete em finalmente solucioná-lo.

# SITUAÇÃO GERAL

- Período: abril/2000 a dezembro/2002.
- 80% dos exequentes já receberam precatórios, restando alguns grupos de espólio ou processos pendentes de julgamento do agravo (em que a União alega pagamento administrativo e ou litispendência). Todos os recursos da União são protelatórios e não estão sendo providos.
- A Diretoria Jurídica está analisando a possibilidade de novo cumprimento de sentença para 34 beneficiários remanescentes, com base na tese firmada pelo STJ REsp 1.336.026/PE (Tema 880).



# GDAT

**Gratificação por  
Desempenho de  
Atividade Tributária**

# SITUAÇÃO GERAL

# 28,86%

## Ex-Secretaria da Receita Federal

### CONTROVERSO

- Controverso (correção): aguarda julgamento do RE 870.947-RG no STF (pautado para 03/10) para peticionar a expedição de precatórios complementares.

### ACORDO

- Casos de acordo: o escritório entende que é devida a cobrança da RAV não calculada no acordo, no entanto, esses processos estão sobrestados, aguardando que o TRF5 profira entendimento consolidado sobre a inclusão dessa diferença nos cálculos.

### RESCISÓRIA

- Ações Rescisórias: o escritório tem obtido êxito, atualmente há apenas 38 pendentes de trânsito em julgado e dessas, 13 estão no STJ aguardando julgamento de embargos de divergência. Nos cálculos das ARs há controvérsia sobre o termo inicial de juros e correção, o escritório defende a tese de que é a partir da citação da ação de conhecimento e a União, a partir da citação da AR. Por essa razão, precatórios incontroversos decorrentes de rescisórias tem valores inferiores.

# Ações específicas

## Ex-Secretaria da Receita Previdenciária

28,86%

(MS em fase de conhecimento,  
beneficia todos)

- Beneficia toda a categoria, porém o período é limitado, já que o Mandado de Segurança não retroage. Distribuído em março/1997. Aguarda-se exame de admissibilidade do Recurso Especial interposto pelo INSS. O escritório já solicitou prioridade tendo, inclusive, despachado no gabinete do Desembargador Vice-Presidente do TRF1. Aguarda-se julgamento da Repercussão Geral 870.947/STF.

28,86%

(AO em fase de conhecimento -  
Estados sem Sindicatos)

- Os cálculos foram realizados, e iniciada a execução em janeiro/2013. O INSS perdeu prazo para oposição de Embargos à Execução.
- O escritório solicitou expedição dos precatórios, que assim foi feita. Dois meses antes do recebimento dos precatórios, a juíza extinguiu a execução por prescrição da pretensão executória. O Sindicato contratou o advogado Nabor Bulhões para a interposição do recurso de apelação. Recurso distribuído em agosto/2019 no TRF1.

# 28,86%

## Ex-Secretaria da Receita Previdenciária

<p>28,86%</p> <p>(Execução do MS - nomeados em dezembro/1997)</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O INSS opôs Embargos à Execução e a sentença foi desfavorável aos filiados, pois o juiz homologou os cálculos da Contadoria Judicial, que não incluíram a GEFA.</li><li>➤ O Sindifisco Nacional interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento no gabinete do Desembargador Carlos Brandão. O escritório despachou recentemente com a Relator, tendo juntado cópia do acórdão do Recurso Repetitivo e solicitado prioridade de julgamento.</li></ul>
<p>28,86%</p> <p>(Execução do MS - nomeados em julho/1998)</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ A Execução foi iniciada em 2013, sendo desmembrada em 8 grupos. Em 5 processos houve sentença de prescrição da pretensão executória, os outros 3 grupos aguardam o julgamento de apelação no TRF1.</li></ul>
<p>28,86%</p> <p>RIO GRANDE DO SUL - Sindifisp/RS (egressos SRP)</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Logramos êxito em várias execuções no tocante a incidência dos 28,86% sobre a GEFA, inclusive no processo que culminou no Recurso Repetitivo e consagrou o entendimento dos 28,86% sobre a GEFA. Porém, os julgados mais antigos não foram contemplados pelo novo entendimento.</li><li>➤ Ainda este ano tiveram em torno de 80 precatórios expedidos.</li></ul>



# 28,86%

## Ex-Secretaria da Receita Previdenciária

<p><b>28,86%</b> <b>MINAS GERAIS (egressos SRP)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O Sindicato e o escritório promoveram o saneamento das litispendências. A AGU sinalizou proposta de acordo, mas a proposta da União não foi vantajosa, já que o processo tramita há 2 décadas e o deságio foi grande.</li><li>➤ A juíza recebeu o Sindicato e o escritório Mota em audiência. O Sindifisco obteve e apresentará novos cálculos para viabilizar o acordo.</li></ul>
<p><b>28,86%</b> <b>Sindifisp/BA (egressos SRP)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Transitou em julgado em 05.10.2018. A Diretoria de Assuntos Jurídicos iniciará o cumprimento de sentença.</li></ul>
<p><b>28,86%</b> <b>SÃO PAULO – Sindifisp/SP (egressos SRP)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após o cancelamento dos precatórios. O Sindifisco e o escritório Mota já se reuniram novamente com a juíza. Há possibilidade de inscrição dos precatórios para 2020.</li></ul>

# SITUAÇÃO GERAL

# PSS

## SOBRE 1/3 DE FÉRIAS

PERÍODO	NÚMERO DA AÇÃO ORDINÁRIA	DATA TRÂNSITO EM JULGADO	BENEFICIÁRIOS	PRESCRIÇÃO
2007 a 2018	2007.34.00009097-1 13a VFDF	17/10/2017 (trânsito em julgado em sede de apelação)	Ativos e aposentados egressos da SRF. Serão ajuizadas em breve.	17/10/2022

# PSS SOBRE 1/3 DE FÉRIAS

- O Departamento Jurídico possui 4 ações coletivas sobre a não incidência do PSS sobre 1/3 de férias:  
**MS 2000 / MS 2005 / MS 2007\* / AO 2010**
- Até o momento, transitou em julgado o MS de 2007, e o Departamento Jurídico enviou cartas para habilitação na execução em novembro/2018. Os cálculos das autorizações recebidas estão prontos, porém, transitou em julgado em março deste ano a tese de Repercussão Geral que, por força de seu efeito vinculante, será aplicada a todos os demais processos coletivos do Sindifisco. Para otimizar recursos e tempo, a Diretoria estuda aguardar o trânsito em julgado das demais ações para promover os cumprimentos de sentença de períodos integrais e de uma única vez.

*Obs: Os Auditores Fiscais egressos da SRP já tiveram suas RPVs pagas, apenas 2 grupos aguardam inscrição do requisitório no TRF1.*

# SITUAÇÃO GERAL

# RGPS

## REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PERÍODO	NÚMERO DA AÇÃO ORDINÁRIA	DATA TRÂNSITO EM JULGADO	BENEFICIÁRIOS	PRESCRIÇÃO
<b>Pensionistas</b> 2004 a 2019 (implementação) / <b>Aposentados</b> por invalidez (2004 a 2012) até EC 70/2012.	2008.83.00.018257- 5/21 a VFPE	26/09/2018 (com exceção dos beneficiários do Estado de Pernambuco); 05/03/2014 (trânsito para os beneficiários do Estado de Pernambuco)	Egressos da SRF e SRP Aposentados e pensionistas sem paridade	* após o protesto interruptivo de prescrição (Pernambuco) 15/08/2021 * beneficiários com exceção de Pernambuco (26/09/2023)

# RGPS

- O Judiciário reconheceu devido o direito ao reajuste anual das pensionistas e aposentados (até EC n. 70/2012) sem paridade, nos mesmos índices aplicados pelo Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei 10.887/2004.
- Período de execução varia entre 2004 a 2018 para pensionistas, e para aposentados, 2004 a 2012 (até EC n. 70/2012).
- Alguns grupos foram protocolizados, mas estão pendentes de distribuição. Para as ações destruídas, a AGU já apresentou impugnação, com reconhecimento de parcela incontroversa.

# SITUAÇÃO GERAL

## IR sobre abono de permanência

- Ação ajuizada em 2007. Transitada em julgado em agosto de 2019. Processo remetido para o STF para julgamento do Agravo em Recurso Extraordinário da União.
- Tivemos conhecimento de casos isolados de Auditores que estão sendo cobrados do IR sobre o abono, e esses casos estão sendo tratados na COGEP, por meio de ofício e contato direto do Departamento Jurídico. Identificamos que esses descontos estão acontecendo por força de outras ações coletivas que não a do Sindifisco Nacional, mas ainda assim indevidos, já que toda a categoria foi beneficiada pela nossa ação.

# SITUAÇÃO GERAL

- O Sindifisco Nacional ajuizou ação judicial para garantir a promoção funcional dos AFRFB até a conclusão do 2º ciclo avaliativo que se encerra em 30/8/2019, com a dispensa de especialização, nos termos do art. 21, da Portaria 824/2018. A ação também busca garantir a progressão dos Auditores que, não amparados pela referida portaria possam progredir com os cursos de desenvolvimento e especialização já concluídos individualmente, tendo em vista a extrapolação do poder regulamentar do Decreto 9.366/2018.
- O juízo requisitou informações da União para analisar o pedido de tutela de urgência.
- Alguns dias após o protocolo da ação, foi publicado o Decreto n. 9.994, de 29/8/2019.

# Promoção (dispensa de especialização Portaria 824/2018)

## SITUAÇÃO GERAL

# Bônus de Eficiência

### TCU

Em 21/8 o TCU decidiu prorrogar de ofício por até 90 dias o prazo para regulamentação da parcela variável por lei. O Sindifisco Nacional recorrerá da decisão para sanear vários pontos controvertidos.

### INDIVIDUAL

O Sindifisco Nacional lançou na última sexta-feira, 23/8 a plataforma [www.paridadebonus.com.br](http://www.paridadebonus.com.br) para possibilitar aos aposentados o ajuizamento de ações individuais nos Juizados Especiais. O objeto da ação é o recebimento integral da parcela que atualmente é paga de maneira genérica, logo, deve-se observar o direito constitucional da paridade, até que o bônus se torne efetivamente variável.

### TRF1

E tramita no TRF1 a ação coletiva proposta pelo Sindifisco por intermédio do escritório Ayres Britto. A sentença foi improcedente. Apelamos.





**SINDIFISCO**  
NACIONAL  
**Atendimento**

**Agosto e setembro/2019**

# ATENDIMENTO TELEFÔNICO (Agosto e Setembro/2019)

Levantamento dos atendimentos

## Nossa equipe realizou:



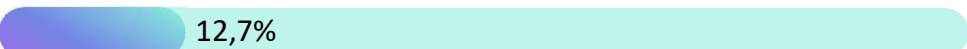
Ligações Recebidas - 3503



Ligações Atendidas - 3055



Ligações Perdidas - 448



Tempo de espera média: 00:00:24

Tempo de ligação médio: 00:04:59



# ATENDIMENTO ELETRÔNICO (Agosto e Setembro/2019)

100%

88%

4,6%

6,7%

**2119**

**MENSAGENS RECEBIDAS**

**1878**

EMAILS RESPONDIDOS

**98**

EMAILS PENDENTES

**143**

RESPOSTAS VIA WHATSAPP



**SINDIFISCO**  
NACIONAL

**Obrigado !!!**